

MADEIRA: O EDITAL DA EXPLORAÇÃO

Ibama abre outra licitação para explorar madeira no Pará que favorece a iniciativa privada e ameaça a floresta

Recomeça o processo de licitação para a exploração de madeira pela iniciativa privada na Floresta Nacional de Tapajós (Flona), no Pará. O aviso de licitação foi publicado no *Diário Oficial* da União, do dia 31, e a abertura da concorrência está marcada para o dia 1º de outubro.

Esta é a segunda tentativa do Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de implantar atividade madeireira nas Flonas da Amazônia – a primeira foi amplamente criticada por técnicos e ambientalistas, sofreu ações na Justiça e sua suspensão chegou a ser determinada por decisão judicial –, mas antes de o oficial de Justiça entregar a notificação, o Ibama se antecipou e cancelou a licitação.

Para surpresa geral, o responsável pelo projeto no Ibama, Cleuber Lisboa, afirma que o novo edital apresen-

ta apenas duas alterações em relação ao edital cancelado: a redução da área e do volume de madeira a serem explorados.

A redução de volume de madeira não foi significativa, baixou de 45 para 40 metros cúbicos por hectare. A alteração da área envolvida no projeto sim, foi grande, baixou de 5,2 hectares para 3,2 hectares.

De acordo com o novo edital, todos os ônus cabem ao governo e todos os benefícios à iniciativa privada. Para começar, o vencedor da concorrência terá direito a explorar madeira na área por cinco anos e, depois disso, devolve a terra para o governo

que terá de arcar com os custos de regeneração durante 25 anos - o tempo necessário à recuperação ambiental da área explorada.

Os custos do inventário florestal da área a ser explorada para identificação de espécies e a elaboração do plano de manejo serão pagos pelo governo. A iniciativa privada apenas retira a madeira. “Não se trata de concessão florestal, é apenas venda de madeira”, esclarece Cleuber Lisboa.

Se o objetivo do projeto é vender madeira, os preços estabelecidos pelo Ibama são “incompreensíveis” na avaliação dos ambientalistas. O sistema de preços estabele-

cido pelo Ibama foi baseado nos preços praticados localmente onde, de acordo com estatísticas do próprio governo, 80% da madeira é extraída ilegalmente, roubada de parques, reservas, áreas indígenas e áreas de preservação de propriedades particulares, o que os torna muito baratos.

“É o mesmo que fixar o preço de um carro na indústria automobilística com base nos preços praticados no mercado de carros roubados”, compara o diretor-executivo do Greenpeace no Brasil, Roberto Kishinami. “Cabe nova ação judicial nesse processo.”

Tapajós vai servir de modelo para que se inicie a exploração de madeira nas demais Flonas na Amazônia, razão pela qual teme-se que os erros de Tapajós adquiram proporção de desastre quando o processo for estendido para outras Florestas Nacionais.

Patrícia Ferraz

Se o objetivo do projeto é vender madeira, os preços estabelecidos pelo Ibama são “incompreensíveis”

Documentação

13/9/98 Pg 114

ACERVO
AMBIENTAL

13/9/98

114